

Controladoria-Geral da União

Combate à Corrupção e Promoção da Transparência Pública no Brasil

Office of the Comptroller General

Fighting Corruption and Promoting Public Transparency in Brazil

Nov/2012

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO • OFFICE OF THE COMPTROLLER GENERAL

SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro

70070-905 - Brasília/DF - Brasil

cgu@cgu.gov.br

JORGE HAGE SOBRINHO

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União • *Minister of State, Head of the Office of the Comptroller General*

LUIZ AUGUSTO FRAGA NAVARRO DE BRITTO FILHO

Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União • *Vice Minister of the Office of the Comptroller General*

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA

Secretário Federal de Controle Interno • *Federal Secretary for Internal Control*

JOSÉ EDUARDO ROMÃO

Ouvidor-Geral da União • *Ombudsman-General of the Federal Government*

WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR

Corregedor-Geral da União • *Inspector-General, Head of the National Disciplinary Board*

MÁRIO VINÍCIUS CLAUSSEN SPINELLI

Secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas • *Secretary for Corruption Prevention and Strategic Information*

Projeto gráfico e editoração • *Graphic design and printing: Ascom/CGU*

Disponível no sítio www.cgu.gov.br • *Document available at www.cgu.gov.br*

Permitida a reprodução parcial ou total desde que indicada a fonte. • *Partial reproduction is permitted provided the source is acknowledged.*

Since 2003, Brazil has been demonstrating firm determination to fight corruption and its impacts on the implementation of public policies. Since then, State defense bodies responsible for corruption prevention and fighting have developed institutional strength and started to carry out joint coordinated operations. Within this context, the Office of the Comptroller General (CGU) acquired a leading role as a typical anticorruption agency and deserved increased acknowledgement for its efforts both by the Brazilian society and the international organisms that address such matter.

Directly associated with the Presidency of the Republic, the CGU is the central body of the Internal Control System of the Federal Government, being also in charge of corrective and disciplinary measures, ombudsman's activities and of fighting and preventing corruption.

Transparency enhancement, encouragement to citizen oversight of Federal Government's expenditures and the Government's strategic use of information are key elements for the activities performed by the CGU. On the other hand,

Desde 2003, o Brasil vem atuando com determinação e firmeza para combater a corrupção e seus reflexos na condução das políticas públicas. Desde então, os órgãos de defesa do Estado responsáveis pela prevenção e pelo combate à corrupção foram largamente fortalecidos e passaram a atuar de forma coordenada. Neste contexto, a Controladoria-Geral da União (CGU), como típica agência anticorrupção, encontra-se no centro dessa articulação e tem merecido crescente reconhecimento, tanto da sociedade brasileira quanto dos organismos internacionais dedicados a essa matéria.

Vinculada diretamente à Presidência da República, a CGU é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Governo Federal, sendo responsável, também, pelas funções de correição, de ouvidoria e de prevenção e combate à corrupção. Suas ações envolvem desde a orientação aos gestores para o aperfeiçoamento da gestão, até as medidas repressivas aos atos de improbidade e corrupção.

O incremento da transparência, o incentivo ao controle social dos gastos do Governo Federal e o uso estratégico da informação por parte da Administração são elementos centrais do trabalho da Controladoria. Por outro lado, a

CGU tem buscado, cada vez mais, a integração entre os diferentes órgãos de defesa do Estado, bem como entre diversos organismos e instituições internacionais, visando à formulação de novas estratégias para o enfrentamento de um problema que afeta todos os países.

O complexo desafio de combater a corrupção exige investimento constante no aprimoramento dos instrumentos disponíveis, mas, sobretudo, a necessidade de atrair a participação da sociedade, que deve ser vista como principal parceira nesse esforço e primeira beneficiária de seus resultados. Esta publicação apresenta os principais programas e medidas adotadas pela CGU com esse propósito.

it has been increasingly promoting the integration among different State defense bodies as well as numerous international organisms and organizations with the aim of formulating new strategies to address a problem that affects all countries.

The complex challenge posed by corruption fighting requires continuous investment in the enhancement of existing tools, but, more than anything else, it comprises the need to engage the society, which should be seen as the main partner in this effort and the prime beneficiary of its results. This report presents then the main anticorruption-related programs and measures implemented by the CGU reflecting these objectives.

OFFICE OF THE COMPTROLLER GENERAL Structure

The Office of the Comptroller General - CGU, created by Law Nº 10,683, of May 28, 2003, is responsible for directly and immediately assisting the President of the Republic in matters which, within the Executive Branch, are related to the protection of public assets, internal control, public audits, corrective and disciplinary measures, corruption prevention and fighting, ombudsman's activities and to the enhancement of management transparency. In order to properly perform all these activities, CGU was structured around four high-level units, according to their respective area of expertise:

- Federal Secretariat for Internal Control (SFC);
- Corruption Prevention and Strategic Information Secretariat (SPCI);
- National Disciplinary Board (CRG); and
- National Ombudsman's Office (OGU).

The Council on Public Transparency and Corruption Fighting (CTPC) is also an integrating part of CGU's structure, serving as a collegiate and advisory board. The attributions of CGU's distinct areas of expertise are as follows:

Instituída pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, a Controladoria-Geral da União (CGU) é um órgão do Governo Federal ligado diretamente à Presidência da República, que tem a responsabilidade, nos termos da lei, de cuidar, no âmbito do Poder Executivo, dos assuntos relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

Para cumprir todas essas funções, a CGU está estruturada em quatro unidades finalísticas, de acordo com a área de atuação:

- Secretaria Federal de Controle Interno (SFC);
- Secretaria da Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI);
- Corregedoria-Geral da União (CRG); e
- Ouvidoria-Geral da União (OGU).

Também integra a estrutura da CGU, como órgão colegiado e consultivo, o Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPC).

Em linhas gerais, as atribuições de cada área de atuação da CGU são as seguintes:



SFC

Controle interno

A Secretaria Federal de Controle Interno é a área responsável, entre outras funções, por fazer auditorias e fiscalizações para verificar como o dinheiro público está sendo aplicado. A SFC avalia a execução dos orçamentos da União, fiscaliza a implementação dos programas de governo e faz auditorias sobre a gestão dos recursos públicos federais aplicados diretamente ou sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados. Os resultados/constatações são encaminhados ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União (AGU), para que adotem as medidas cabíveis (punição e recuperação dos recursos) perante o Poder Judiciário. Também são enviados à Corregedoria-Geral da União.

SFC – Internal control

The Federal Secretariat for Internal Control is in charge of performing audits and inspections in order to check how public funds are being spent and allocated. SFC assesses the implementation of the Government's budget, as well as the implementation of Government programs, and performs audits on the management of federal public funds either directly applied by public and private bodies and entities or under their responsibility. The outcomes/findings are submitted to the Prosecution Office and to the Office of the Attorney-General (AGU), which are to adopt the appropriate measures (punishment and asset recovery) before the Judicial Branch. These outcomes/findings are also submitted to the National Disciplinary Board (CRG) .



SPCI

Ações preventivas anticorrupção

SPCI – Preventive anticorruption actions

Besides monitoring and detecting frauds related to the use of federal public funds, CGU is also responsible for the development of prevention mechanisms with the aim of avoiding corrupt practices. Transparency enhancement is a critical tool to support CGU's ongoing strategies. This activity is performed by the Secretariat for Corruption Prevention and Strategic Information.

Além de fiscalizar e detectar fraudes em relação ao uso do dinheiro público federal, a CGU também é responsável por desenvolver mecanismos de prevenção, antecipando-se à sua ocorrência. O incremento da transparência é a principal arma nessa estratégia da CGU. Essa atividade é exercida por meio da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas.



CRG

Ações administrativas disciplinares

A Corregedoria-Geral da União atua também no combate à impunidade na administração pública federal, promovendo diretamente ou acompanhando a execução de ações disciplinares nos diversos órgãos que visem à apuração de responsabilidade administrativa de servidores públicos federais e também de empresas que cometam irregularidades contra a administração pública federal. Essa é a face repressiva da CGU. Para isso, a Corregedoria recebe os resultados das auditorias realizadas pela SFC, a fim de aplicar as punições de competência da própria Administração.

CRG – Disciplinary administrative actions

The Office of the Comptroller General also fights against impunity in the federal government, promoting, coordinating and monitoring the implementation of disciplinary actions aimed at ensuring the administrative accountability of public servants. Additionally, it monitors companies that perform irregular activities which may cause damage to the Federal Government. The National Disciplinary Board also receives the outcomes of the audits performed by the SFC in order to apply the penalties within the remit of the Federal Government.



OGU

Atividades de ouvidoria

A Ouvidoria-Geral da União exerce a supervisão técnica e a orientação das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, examina manifestações referentes à prestação de serviços públicos, propõe a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público, contribui com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos, promove capacitação e treinamento relacionados às atividades de ouvidoria. Atua também na coordenação do Sistema de Acesso à Informação implantado pela Lei nº 12.527.

OGU – Ombudsman´s activities

The National Ombudsman´s Office is responsible for the technical supervision and guidance of all ombudsman´s units in the Executive Branch on the federal level. It examines claims related to the delivery of public services; suggests disciplinary measures and works to prevent faults and omissions of managers responsible for the inadequate delivery of public services. Additionally, it contributes to the dissemination of new forms of popular participation in monitoring and supervising the delivery of public services; and promotes capacity-building actions related to ombudsman´s activities. It also coordinates the Information Access System established by Law Nº 12,527.



CTPCC

Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção

Órgão colegiado e consultivo, o Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção é formado paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil e tem a finalidade de debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento para as atividades de controle dos recursos públicos, de promoção da transparência na gestão pública e de combate à corrupção e à impunidade.

CTPCC – Council on Public Transparency and Corruption Fighting

The Council on Public Transparency and Corruption Fighting is a collegiate and advisory body linked to the CGU. The Council comprises an equal number of representatives from the government and the civil society, and aims to discuss and suggest measures to improve activities related to public resources control, transparency promotion within the government, corruption and impunity fighting.

SFC



Controle Interno

Auditoria, Fiscalização e Transparência

INTERNAL CONTROL

Audit, Inspection and Transparency

The Office of the Comptroller General performs internal control activities through the Federal Secretariat for Internal Control (SFC), assessing the implementation of Federal Government 's funds; checking the implementation of government programs; examining the lawfulness, efficiency and effectiveness of the management practices carried out by federal managers; controlling credit transactions as well as rendering support to activities related to external control. In order to successfully perform its duties, the SFC incorporates strategies that comprise further interaction with federal managers and the implementation of audits and inspections on numerous aspects of the federal management. Some of its most relevant works are listed below:

- Assessment of the Implementation of Government Programs (AEPG);
- Investigative Audits;
- Audits on Control of Personnel Spending in the Federal Government level;

No exercício de sua função de controle interno, a Controladoria-Geral da União, por meio de sua Secretaria Federal de Controle (SFC), avalia a execução das despesas da União; fiscaliza a implementação e execução dos programas de governo; comprova a legalidade e avalia os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão dos administradores públicos federais; exerce o controle das operações de crédito e, também, exerce atividades de apoio ao controle externo.

Para o exercício de suas funções, a SFC utiliza como principais estratégias de atuação a interação com os gestores federais e a realização de auditorias e fiscalizações sobre variados aspectos da gestão pública. Dentre os trabalhos realizados, podem ser destacados:

- Avaliação de Execução de Programas de Governo (AEPG);
- Auditorias Investigativas;
- Auditorias de Controle nos Gastos com Pessoal da Administração Pública Federal;

- 
- Auditorias Anuais de Contas dos Gestores Públicos Federais (AAC);
 - Auditorias das Tomadas de Contas Especiais;
 - Auditorias de Recursos Externos;
 - Análise de Demandas Externas (oriundas de outros órgãos);
 - Fiscalização mediante sorteios públicos.

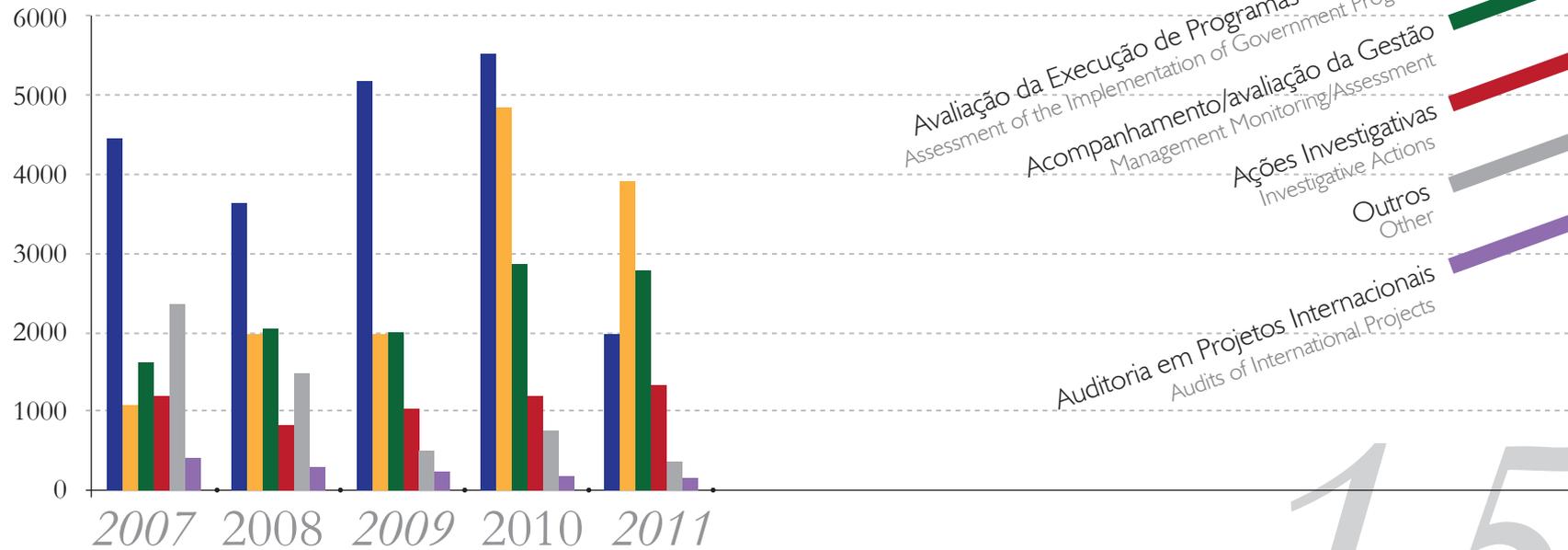
No exercício de 2011, a Secretaria Federal de Controle Interno e as unidades regionais da CGU realizaram 10.524 ações de controle que contribuirão para o aprimoramento da execução das políticas públicas e melhoria da gestão. A figura a seguir, apresenta, em números, as ações de controle realizadas no período de 2007-2011.

- Annual Account Audits of Federal Managers (AAC);
- Audits of Special Taking of Accounts;
- Audits of External Resources;
- Assessment of External Requests (forwarded by other government bodies)
- Random Audits Program.

In 2011, the Federal Secretariat for Internal Control and CGU's regional offices have carried out 10,524 control actions which contributed to the enhancement of the implementation of public policies and to the improvement of public management. The figure below highlights control actions implemented in 2007-2011.

AÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS - 2007 a 2011

CONTROL ACTIONS IMPLEMENTED IN 2007-2011



Fonte: Sistema Novo Ativa/SFC
Source: Novo Ativa System/SFC

Interação com os gestores

A CGU busca promover a melhoria da gestão de recursos públicos por meio da oferta contínua de orientações e capacitações a gestores federais em assuntos relacionadas à área de atuação do Controle Interno. Para isso, foi instituído o Programa de Orientação e Capacitação dos Gestores Públicos Federais (Capacita).

O programa tem por finalidade fortalecer o controle preventivo; valorizar as iniciativas de interação com os gestores públicos federais; e promover a melhoria da gestão dos recursos públicos. Os cursos são oferecidos de acordo com as necessidades e temas de interesse dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, sempre com foco na política pública, nos programas e ações de governo, e na experiência do Controle Interno. Dentre os temas abordados frequentemente estão: Aprimoramento de Programas de Governo; Controles Aplicados à Gestão; Licitações e Contratos; Terceirização; Pessoal; Siafi Gerencial (ferramenta para análise dos dados do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal); Transferências Voluntárias e Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal (Siconv); Recursos Externos; Tomadas de Contas Especiais; Controle e Auditoria Interna.

A CGU promoveu, de 2009 a 2011, a capacitação de mais de 26 mil servidores públicos federais, sendo 11.395 em 2011, que participaram de treinamentos em diversas áreas, conforme ilustrado na figura ao lado:

Manager Interaction

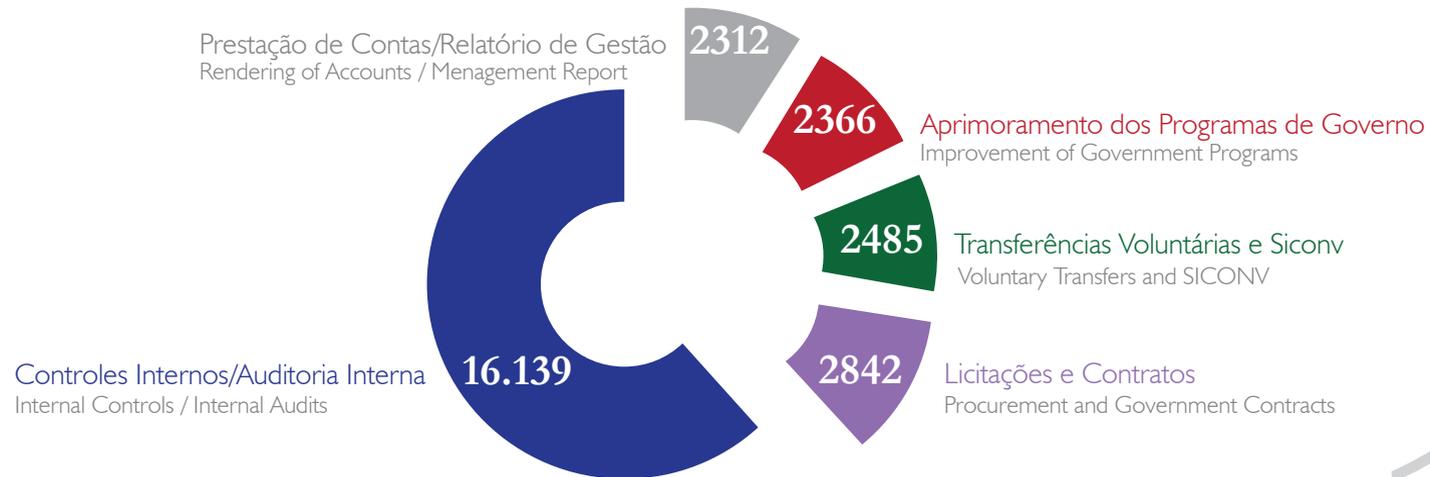
CGU seeks to promote the improvement of public resource management through the continuous provision of guidance and capacity-building initiatives directed to federal managers working in Internal Control. In order to achieve such objective, it has created the Guidance and Capacity-Building Program for Federal Managers (Capacita).

The program aims at strengthening preventive control practices; valuing interaction initiatives with federal managers; and promoting the improvement of public resource management. The courses are offered according to the needs of Federal Government bodies and entities, covering matters of their respective interest, aiming at setting the grounds for discussions on the grounds of public policies, government actions and programs and experience in Internal Control. These matters are approached in light of the Improvement of Government Programs; Management-oriented Controls; Bidding Procedures and Procurement Contracts; Outsourcing; Personnel; Siafi Management (data analysis tool of the Federal Government Integrated System for Financial Management); Voluntary Transfers and Management System for Federal Government Agreements and Covenants (Siconv); External Resources; Special Taking of Accounts; Internal Audit and Control.

CGU has promoted several capacity-building actions in 2009-2011, training more than 26 thousand public servants (11,395 servants just in 2011), who participated in capacity-building initiatives covering numerous areas, as illustrated in the next page:

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS FEDERAIS

GUIDANCE AND CAPACITY-BUILDING PROGRAM FOR FEDERAL MANAGERS



Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno
Source: Federal Secretariat for Internal Control

Avaliação da execução de programas de governo

A metodologia utilizada pela CGU visa a avaliar a execução dos programas federais, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento. Por meio da SFC, a Controladoria-Geral da União realiza ações de controle in loco em todo o território nacional com o objetivo de verificar a execução dos programas de governo tanto junto às autoridades responsáveis pela gestão dos recursos em nível local quanto junto à população beneficiária.

Os trabalhos têm por base o ferramental estatístico disponível para a preparação de amostras representativas dos universos específicos das ações de governo e são planejados a partir das seguintes fases iniciais: mapeamento das políticas públicas; hierarquização dos programas de governo; e priorização de ações de governo para acompanhamento, o que permite ao controle interno mapear as políticas públicas e estabelecer, a partir de critérios de materialidade, relevância e risco, um ranking dos programas de governo, de forma a priorizar as atividades a serem desenvolvidas.

Após o detalhamento da abordagem de avaliação, as verificações in loco são realizadas, e ocorre a consolidação e a análise das verificações, viabilizando a elaboração e a apresentação aos gestores federais de relatórios de acompanhamento que contêm recomendações discutidas em conjunto com os responsáveis pela execução das ações de governo avaliadas. Por fim, inicia-se o ciclo de monitoramento das providências adotadas.

Assessment of the Implementation of Government Programs

The methodology used by CGU aims at assessing the implementation of federal programs, the achievement of their objectives and the compliance of managing practices. The Office of the Comptroller General performs nationwide on-the-spot control actions through the SFC with the aim of checking the implementation of government programs, both by the authorities responsible for the local management of resources and by the population that is expected to benefit from such programs. These activities require the use of the available statistics tools to elaborate representative samples of government action target groups and are planned based on the following initial steps: mapping of public policies; hierarchy in government programs; and prioritized monitoring of government actions, which enables the internal control unit to map public policies in place and establish - based on grounds of materiality, relevance and risk - a ranking of government programs that help prioritize the activities that need to be further developed.

After the assessment approach is detailed, on-the-spot checks are carried out, consolidated and analyzed, adding to the formulation of monitoring reports which are later presented to the federal managers and which comprise recommendations that have been discussed with the agents responsible for the implementation of the assessed government actions. Finally, a monitoring cycle is launched to keep track of the adopted measures.

Areas of Expertise

Although any public policy may be subject to the assessment of the implementation of government programs, programs that comprise a massive amount of resources combined with objectives of undisputable social relevance receive distinguished attention in the public policies portfolio assessed by the CGU, i.e. the Bolsa Família Program (social welfare program); the Restructuring and Expansion of Federal Universities; the Family Health Program and the Payment of Retirement Pensions and Survivor's Pensions.

Based on risk assessment, which comprises the budget volume applied in public policies, the relevance of issues related to the country development and the existence of problems identified in the implementation of the actions, it is possible to prioritize the activities that need to be further developed.

Other relevant government actions are those related to the Growth Acceleration Program (PAC), such as: vehicle weigh stations; highway concessions; construction of new railroads; road construction and adequacy; the Light for All Program; housing; urban development and basic sanitation.

In 2011, 111 government actions were systematically assessed and 4 thousand control actions have been duly implemented.

Áreas de atuação

Ainda que qualquer política pública possa ser objeto da avaliação da execução dos programas de governo, programas que possuem grande volume de recursos associado à significativa relevância social merecem destaque na carteira de políticas públicas em avaliação pela CGU, tais como o Programa Bolsa Família, Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, Programa Saúde da Família e Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

A priorização das atividades a serem desenvolvidas também leva em consideração a avaliação de riscos, que inclui o volume de orçamento destinado às políticas públicas, a relevância dos temas para o desenvolvimento do país e a existência de problemas já verificados na execução das ações.

Outras ações governamentais que podem ser destacadas são aquelas integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tais como: operação dos postos de pesagem de veículos; concessão rodoviária, construção de ferrovias, construção e adequação rodoviária; Programa Luz para Todos; habitação; urbanização e saneamento básico.

Em 2011, foram objeto de avaliação sistematizada 111 ações de governo, sendo executadas cerca de quatro mil ações de controle.



Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos é uma iniciativa do governo federal que visa inibir a corrupção entre gestores de qualquer esfera da administração pública. Criado em abril de 2003, o Programa usa o mesmo sistema de sorteio das loterias da Caixa Econômica Federal para definir, de forma isenta, as áreas municipais e estaduais a serem fiscalizadas quanto ao correto uso dos recursos públicos federais.

A cada sorteio são definidos 60 municípios. Em cada uma dessas unidades, os auditores examinam contas e documentos e fazem inspeção pessoal e física das obras e serviços em realização, mas privilegiam, sobretudo, o contato com a população, diretamente ou através dos conselhos comunitários e outras entidades organi-

zadas, como forma de estimular os cidadãos a participarem do controle da aplicação dos recursos oriundos dos tributos que lhes são cobrados. Fazem parte do sorteio municípios com até 500 mil habitantes.

O Programa de Fiscalização em Pequenos e Médios Municípios a partir de Sorteios Públicos, já se encontra na 37ª edição, com mais de dois mil municípios fiscalizados, englobando recursos públicos federais da ordem de aproximadamente R\$ 20 bilhões. Os relatórios contendo os resultados dos sorteios são encaminhados aos Ministérios gestores das políticas públicas, possibilitando a adoção de providências para a correção de desvios verificados, bem como subsidiando a avaliação dos programas de governo e a implementação de melhorias eventualmente identificadas como necessárias.

Random Audits Program

The Random Audits Program is a federal government initiative that seeks to prevent corruption among managers allocated at any government level. Established in April, 2003, the Program uses the same lottery system adopted by the Caixa Econômica Federal (Federal Savings Bank) to independently define the municipal and state areas that shall be inspected to prove the lawful use of federal resources.

Each drawing selects 60 municipalities. Auditors analyze the accounts and documents and carry out personal and physical inspection of the works and services that are under implementation at each selected unit. Nevertheless, the auditors favor the contact with local population, either directly or through community councils and other organized entities, so as to encourage the citizens to participate in the control practices related to the allo-

cation of resources that ultimately come from the taxes that they are charged with. Municipalities with up to 500 thousand inhabitants are eligible to participate in the drawings.

The Audits Program for Small and Medium Municipalities, organized through public drawings, is already in its 37th edition. It has already provided for the inspection of more than two thousand municipalities, comprising approximately BRL 20 billion in federal public funds. The reports addressing the outcomes of such drawings are submitted to the Ministries in charge of implementing the related public policies, enabling them to adopt the necessary measures to correct any identified irregularity as well as supporting the assessment of government programs and the implementation of the improvements occasionally deemed as necessary.

Auditorias Anuais de Contas

A Auditoria Anual de Contas realizada pelo Controle Interno visa verificar as informações prestadas pelos administradores públicos federais, bem como analisar os atos e fatos da gestão, com vistas a instruir o processo de prestação de contas que subsidiará o julgamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU). As Auditorias Anuais de Contas realizadas num determinado ano referem-se à prestação de contas dos gestores federais relativas ao exercício anterior.

O quadro a seguir contém a quantidade de auditorias realizadas em cada exercício, sobre as contas relativas ao ano anterior.

Annual Audits of Accounts

The Annual Audit of Accounts, carried out by the Internal Control, seeks to check the information provided by the federal public managers and to analyze management acts and facts so as to produce evidence for the rendering of accounts that shall add to the judgment of the Brazilian Court of Accounts (TCU). The Annual Audits of Accounts held in a certain year refer to the rendering of accounts of the federal managers in the year before.

The table below shows the number of audits held each year, which refer to the accounts of the year before.

Tabela com as realizações das Auditorias Anuais de Contas • Table with the Achievements of the Annual Audits of Accounts

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Administração Direta • Direct Administration	890	943	995	987	838	286	254	322
Administração Indireta • Indirect Administration	338	289	321	335	342	233	264	320
TOTAL	1.228	1.232	1.316	1.322	1.180	519	518	642

A partir de 2009, com o objetivo de otimizar e racionalizar esse tipo de ação de controle, a CGU, em parceria com o TCU, passou a definir um número menor de unidades a serem auditadas anualmente, com vistas a realizar trabalhos mais profundos e de melhor qualidade técnica.

From 2009 onwards, CGU and TCU established a partnership with the aim of optimizing and bringing more efficiency into this type of control action, defining a smaller number of units to be annually audited in order to secure the delivery of in-depth reports with enhanced technical quality.

Audits due to CGU's external requests

Under the provisions of Law Nr. 10,683/2003, it is up to the Internal Control of the Federal Executive Branch, that is, to the Office of the Comptroller General (CGU), to give due course to grounded representations or accusations referred to it of damages or likely damages to public assets and to carry out, through the Federal Secretariat for Internal Control, all applicable control measures.

CGU also receives requests from the Federal and State Prosecution Offices, the Department of the Federal Police, the Brazilian Court of Accounts, the Office of the President of the Republic, members of the National Congress, various public bodies and the civil society.

Besides being submitted to the Brazilian Court of Accounts and, occasionally, to the Federal Police and to the Prosecution Office, audits outcomes are also reported in Annual Audit Reports on the accounts of those in charge of the respective units/entities.

Auditorias em função de demandas externas à CGU

Por força do disposto na Lei n.º 10.683/2003, é responsabilidade da Controladoria-Geral da União dar o devido andamento às representações ou denúncias fundamentadas que receber, relativas a lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, cabendo à CGU, por meio da sua Secretaria Federal de Controle Interno, a execução das ações de controle pertinentes.

A CGU recebe também demandas oriundas dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, da Polícia Federal, do Tribunal de Conta da União, da Presidência da República, de membros do Congresso Nacional, de diversos órgãos públicos e da sociedade civil.

Os resultados, além de constar dos Relatórios Anuais de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades/entidades, são enviados ao Tribunal de Contas da União e, ainda, se for o caso, à Polícia Federal e ao Ministério Público.



Auditorias investigativas

A SFC/CGU realiza auditorias especiais de caráter investigativo e, também, operações especiais, em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público.

A partir da parceria estabelecida entre as instituições com funções relacionadas à defesa do Estado brasileiro – CGU, Polícia Federal e Ministério Público –, no período de 2007 a 2011, foram realizados mais de 80 trabalhos conjuntos de operações especiais. Esses trabalhos permitiram tanto o ajuizamento de ações judiciais (criminais e cíveis) pelo Ministério Público, quanto, na esfera administrativa, a adoção de medidas de responsabilização e de ressarcimento ao Erário, tais como declaração de empresas como inidôneas, abertura de processos de Tomada de Contas Especial e apuração de responsabilidades de servidores públicos federais envolvidos, pelo Sistema de Corregedorias encabeçado pela CRG/CGU.

Investigative audits

SFC/CGU carries out special audits and operations in partnership with the Department of the Federal Police and the Prosecution Office.

Based on the partnership established between organizations with similar duties, relating to State protection and defense – CGU, the Federal Police and the Prosecution Office organized more than 80 joint special operations in 2007-2011. The operations enabled the Prosecution Office to file law suits (criminal and civil) and, on the administrative level, they led to the adoption of measures that provided for greater accountability and the reimbursement of the Public Treasury, which comprised statements of untrustworthy companies, Special Taking of Accounts and investigations carried out by the System of Disciplinary Boards, coordinated by CRG/CGU, with the aim of holding the involved federal public servants accountable for their unlawful deeds.

Audits of Special Taking of Accounts

The Special Taking of Accounts (TCE) is a tool used by the federal government to make up for any damages it may suffer, and the process it entails is based on specific procedures and is only resorted to after exhausting all administrative measures to repair occasional damages. TCE's procedures are carried out by the federal bodies where the occasional damages took place.

Upon the issuance of the Audit Report and Certificate for Special Taking of Accounts processes, the SFC/CGU has the authority to issue opinions on the appropriate investigation of the involved facts and to indicate which rules or regulations were occasionally breached, as well as to identify the person responsible for the damage under analysis and to issue an accurate quantification of such damage and the installments that might have been collected.

From January 1st, 2002 until June 30th, 2012, the SFC/CGU audited 16,916 Special Taking of Accounts processes. Out of these, 12,952 accounts were analyzed and deemed irregular. These processes were submitted to the Brazilian Court of Accounts (TCU), and the Court's decision may ensure the potential return of BRL 8.56 billion to the coffers of the Treasury. The main reasons to initiate a TCE were irregularities in resource allocation and non-fulfillment of the agreed object.

Auditorias de Tomadas de Contas Especiais

A Tomada de Contas Especial (TCE) é um instrumento de que dispõe a Administração Pública para ressarcir-se de eventuais prejuízos que lhe forem causados, sendo o processo revestido de rito próprio e somente instaurado depois de esgotadas as medidas administrativas para reparação do dano. Os processos de TCEs são feitos pelos próprios órgãos federais onde ocorreram os eventuais prejuízos.

Compete à SFC/CGU, na emissão do Relatório e Certificado de Auditoria sobre esses processos de Tomadas de Contas Especiais, manifestar-se quanto à adequada apuração dos fatos, indicando, inclusive, as normas ou regulamentos eventualmente infringidos, a correta identificação do responsável e a precisa quantificação do dano e das parcelas eventualmente recolhidas.

A SFC/CGU realizou auditorias, no período de 1º de janeiro de 2002 a 30 de junho de 2012, em 16.916 processos de Tomadas de Contas Especiais. Desses, 12.952 foram analisados e as contas consideradas irregulares. Dessa forma, esses processos foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU), para julgamento, com retorno potencial aos cofres do Tesouro Nacional da ordem de R\$ 8,56 bilhões. As principais causas de instauração de TCE foram irregularidades na aplicação dos recursos e não cumprimento do objeto conveniado.



Auditorias de pessoal

A Auditoria de Pessoal feita pela CGU visa verificar a legalidade dos pagamentos dos servidores públicos federais no âmbito do Poder Executivo. A despesa com pessoal representa o segundo maior dispêndio da União, perdendo apenas para a Previdência Social, o que requer da CGU atenção especial para a correta aplicação dos recursos públicos nesta área.

A análise da consistência da Folha de Pagamento consiste na verificação da legalidade dos pagamentos dos servidores públicos federais das unidades jurisdicionadas, constantes do banco de dados do sistema de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal (Siape), utilizando-se também outros sistemas corporativos do governo, como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Staff audits

Staff Audits are carried out by the CGU with the aim of checking the lawfulness of payments made to federal civil servants within the Executive Branch. Staff expenditures are the second largest source of spending of the federal government, right after social security expenditures, which demands special attention from the CGU to monitor the correct use of public funds applied in this area.

Payroll consistency analysis consists in checking the legality of the payments made to federal civil servants allocated in the units under the jurisdiction of CGU's audit activities, also registered in the database of the Federal Government Human Resources Management System (Siape) and in other corporate systems of the government, such as the Federal Government Integrated System for Financial Management (Siafi).

Audits of contracts financed with external funds

With regard to Audits of External Funding and International Technical Cooperation Projects, CGU has the authority to audit and assess performance in contracts and agreements signed with international financing organisms and of international technical cooperation projects signed with federal government bodies and entities.

Audit approach is generally focused on the assessment of the outcomes (objectives and goals) of government actions funded with such resources. Thus, besides auditing financial statements, as required by international bodies, CGU also assesses the merits and appropriateness of the outcomes of funding and technical cooperation projects in relation to their respective budgetary limits. Recommendations formulated to project managers are incorporated into the permanent measures plan of each Executive Unit and are monitored to ensure the enhancement and improvement of the public management.

Auditorias sobre contratos de recursos externos

No campo da Auditoria de Recursos Externos e Projetos de Cooperação Técnica Internacional, a CGU é responsável pela realização de auditorias de avaliação de desempenho dos contratos e acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação técnica internacional firmados com os órgãos e entidades da administração pública federal.

A abordagem das auditorias tem sido focada na avaliação de resultados (objetivos e metas) das ações governamentais suportadas por esses recursos. Assim, além de promover a auditoria das demonstrações contábeis, requeridas pelos organismos internacionais, a CGU avalia o mérito e a adequação dos resultados dos projetos de financiamento e de cooperação técnica em relação às ações orçamentárias que as suportam. As recomendações formuladas aos gestores dos projetos são incorporadas ao plano de providências permanente das Unidades executoras, e monitoradas no contexto de aprimoramento e melhoria da gestão pública.

SPCI



Ações Preventivas Anticorrupção

Promoção da transparência pública e do controle social

PREVENTIVE ANTICORRUPTION ACTIONS

Promotion of public transparency and social control

The typical activities of an anticorruption agency are carried out by the Secretariat for Corruption Prevention and Strategic Information (SPCI), which is responsible for anticorruption activities to promote the enhancement of public transparency; produce, disseminate and encourage the exchange of strategic information related to corruption prevention and fighting and foster the social control as a corruption-preventing tool. Additionally, SPCI is also in charge of monitoring the asset evolution of government officials on the federal level of the Executive Branch and representing the CGU in national and international forums or organisms which work to prevent and fight corruption.

The typical activities of an anticorruption agency are carried out by the Secretariat for Corruption Prevention and Strategic Information (SPCI), which is responsible for anticorruption activities to promote the enhancement of public transparency; produce, disseminate and encourage the exchange of strategic information related to corruption prevention and fighting and foster the social control as a corruption-preventing tool. Additionally, SPCI is also in charge of monitoring the asset evolution of government officials on the federal level of the Executive Branch and representing the CGU in national and international forums or organisms which work to prevent and fight corruption.

Portal da Transparência

O Portal da Transparência do Governo Federal é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União, lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. O objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar.

O Portal surgiu da crença de que a transparência é o melhor antídoto contra a corrupção, já que ela induz os gestores públicos a agirem com responsabilidade e permite que a sociedade, com informações, colabore com o controle das ações de seus governantes, no intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam.

No Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br) estão disponíveis informações sobre todos os órgãos do Poder Executivo Federal, podendo ser obtidos os seguintes dados:

- Gastos diretos do Governo Federal
- Transferências de recursos a Estados e Municípios
- Convênios com pessoas físicas, jurídicas ou entes governamentais
- Previsão e arrecadação de receitas
- Servidores do Governo Federal, inclusive a remuneração

Transparency Portal

The Transparency Portal of the Federal Government is an initiative that was launched by the Office of the Comptroller General (CGU) in November, 2004, with the aim of ensuring the proper and lawful allocation of public funds. Its objective is to increase transparency in the public administration, enabling citizens to track the allocation of public money and play a monitoring role in this process.

The Portal was developed under the belief that transparency is the best antidote to corruption, as it is a mechanism that encourages public managers to act responsibly, and provides information to the society, enabling it to help control its government actions and monitor if public funds are being spent wisely.

The Transparency Portal (www.portaldatransparencia.gov.br) provides information on the Federal Executive Branch, disclosing, inter alia, the data listed below:

- *Direct spending of the Federal Government*
- *Fund transfers to States and Municipalities*
- *Contracts signed with individuals, legal entities or government bodies*
- *Estimated and Collected Revenue*
- *Federal Government Staff, including information on staff compensation*

The Transparency Portal also publishes three registration programs established to coordinate information on the sanctions imposed to federal public servants, suppliers of goods and services and not-for-profit private entities. These registries consolidate useful data to be further accessed by federal managers and provide for increased transparency to the control and inspection activities performed by the Federal Government.

- *National Debarment List (Ceis)*: it lists the companies that are forbidden to either participate in public biddings or execute contracts with the Federal Government because of embezzlement or unlawful practices occurred in public contracts or biddings.
- *Registry of Suspended Not-for-Profit Private Entities (Cepim)*: it lists the not-for-profit private entities that are forbidden to either celebrate contracts, transfer contracts or partnership agreements with the Federal Government or receive transfer of funds because of their participation in embezzlement or unlawful practices.
- *Registry of Federal Government's Dismissed Staff (Ceaf)*: it comprises the dismissal sanctions (discharge, cancellation of retirement pension, removal from position of trust or function held in commission) applied to public servants within the Executive Branch at the federal level.

O Portal da Transparência abriga ainda três cadastros criados para centralizar informações sobre punições aplicadas a servidores públicos federais, empresas fornecedoras de bens ou serviços, e entidades privadas sem fins lucrativos. Esses cadastros consolidam dados úteis aos gestores públicos, bem como garantem maior transparência às atividades de controle e correição promovidas pela Administração Federal.

- *Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis)*: relaciona as empresas impedidas de participar de licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, por terem praticado irregularidades em suas relações anteriores com qualquer órgão público.
- *Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim)*: relaciona as entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a administração pública federal e de receber transferências de recursos, em consequência de seu envolvimento em irregularidades.
- *Cadastro de Expulsões da Administração Federal (Ceaf)*: reúne as penalidades expulsivas (demissão, cassação de aposentadoria e destituição de cargo em comissão ou função comissionada) aplicadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, a servidores civis, efetivos ou não.



Destaque-se que o Portal da Transparência apresenta os dados que estão sob a competência da CGU, responsável pelo controle sobre o Poder Executivo Federal. Dessa forma, os dados relativos a outros poderes (Judiciário e Legislativo) e a outros níveis de governo (Estados e Municípios) não estão no Portal e devem ser buscados nas páginas dos respectivos órgãos.

It is worth noting that the Transparency Portal features data which are under the custody of the CGU, the control authority of the Executive Branch at the federal level. Thus, data related to other branches (Judicial and Legislative) and to other levels of government (State and Municipal) are not available at the Portal and should be searched in the official webpages of each government body.

Parceria para Governo Aberto (OGP)

Open Government Partnership (OGP) ou Parceria para Governo Aberto é uma iniciativa internacional que tem o objetivo de assegurar compromissos concretos de governos nas áreas de promoção da transparência, luta contra a corrupção, participação social e de fomento ao desenvolvimento de novas tecnologias, de maneira a tornar os governos mais abertos, efetivos e responsáveis.

O Comitê Diretor Internacional da iniciativa contou, no biênio de 2011-2012, com a co-presidência do Brasil (sob a responsabilidade da Controladoria-Geral da União) e dos Estados Unidos (sob a responsabilidade do Departamento de Estado), sendo composto, ainda, por representantes dos governos do México, África do Sul, Filipinas, Reino Unido, Indonésia e Noruega, além de organizações da sociedade civil do mundo todo.

Congregando nações e organizações da sociedade civil líderes em transparência e governo aberto, a OGP é um veículo para se avançar mundialmente no fortalecimento das democracias e dos direitos humanos, na luta contra a corrupção e no fomento de inovações e tecnologias para transformar a governança do século XXI.

Open Government Partnership (OGP)

Open Government Partnership (OGP) is a multilateral initiative with the aim of securing concrete commitments of governments to promote transparency, fight corruption, empower citizens and harness new technologies designed to make governments more open, effective and accountable.

The 2011-2012 OGP's International Steering Committee was co-chaired by Brazil (Office of the Comptroller General) and by the United States (Department of State). It is also composed of representatives from the governments of Mexico, South Africa, the Philippines, the United Kingdom, Indonesia, Tanzania and Norway, besides representatives from international civil society organizations.

Joining nations and civil society organizations acknowledged for their work in transparency and open government, the OGP is a tool to strengthen democracy, human rights, the fight against corruption and the harnessing of innovation and new technologies in the global level, thus promoting a shift in the governance of the XXI century.



Lei de Acesso à Informação (LAI)

A partir de 16/05/2012 começou a vigorar no Brasil a Lei de Acesso à Informação Pública, Lei nº 12.527/2011. Com a Lei em vigor, qualquer pessoa passou a ter direito de acesso a documentos e informações que estejam sob a guarda de órgãos públicos, em todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e níveis de governo (União, Estados, Municípios e Distrito Federal). Todos os órgãos públicos deverão fornecer os dados solicitados no prazo de 20 dias, prorrogáveis por mais 10, sem que haja necessidade de o requerente justificar o pedido. Ou seja, todas as informações produzidas ou custodiadas pelo poder público e não classificadas como sigilosas são consideradas públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos.

A Lei é o primeiro passo de uma revolução na relação entre a sociedade e o setor público. Trata-se de um instrumento fundamental para a consolidação da democracia no País, pois a nova lei regulamenta princípio constitucional segundo o qual o cidadão é o verdadeiro dono da informação pública, enquanto a Administração Pública é apenas sua depositária.

A Controladoria-Geral da União, órgão encarregado de monitorar a implementação da Lei no âmbito do Poder Executivo Federal, promoveu a capacitação presencial de cerca de 700 servidores designados para atuar nos Serviços de Informação ao Cidadão (SIC), localizados em cada órgão. Além disso, desenvolveu um sistema eletrônico de registros de entradas e saídas de pedidos de acesso à informação, além de formulário padrão para a requisição. O sistema, batizado de e-SIC, é peça fundamental para que os gestores públicos administrem as demandas recebidas e possam controlar os prazos de atendimento dos pedidos.

Access to Information Law (LAI)

As of May 16, 2012, Law Nr. 12,527/2011, Brazil's Access to Public Information Law entered into force. With the Law in place, any person may have access to documents and information kept by public bodies, within all branches of power (Executive, Legislative and Judiciary) and in all government levels (federal, States, Municipalities and the Federal District). All public organs shall provide the requested data within 20 days, which can be extended for additional 10 days, with no need for the requesting party to justify their claim. That means that all information either produced or stored by the government, which is not regarded as classified and is therefore of public nature, shall be made available for all citizens.

The Access to Information Law is the first step of a wider revolution that is taking place in the relationship established between the society and the public sector. It is a critical tool to consolidate country's democracy, as the new law regulates the constitutional principle that states that the citizen is the true owner of public information, whilst the government is only its depositary body.

The Office of the Comptroller General (CGU), which has the authority to monitor the implementation of the Access to Information Law within the Federal Executive Branch, has built capacity of approximately 700 public servants working in the Citizen Information Service (SIC) offices located at each government body. Additionally, it has developed an electronic system that registers information access requests entries and replies, besides providing a standard request form. The system, which is called e-SIC, is of critical relevance to public managers, as it helps them manage the incoming requests and the time it takes for requests to be properly answered.





Publicidade é regra

Entre os princípios mais importantes da Lei, está o de que a publicidade e a transparência das informações é a regra, e o sigilo, a exceção. Além de regulamentar a forma de fazer o pedido e os prazos dados aos órgãos para atendimento à solicitação, a Lei de Acesso à Informação prevê ainda que a Administração Pública deve promover a divulgação proativa de informações, com a disponibilização, na Internet, independentemente de requisição.

No caso do Governo Federal, todos os ministérios criaram uma página em seus sítios na Internet chamada Acesso à Informação, identificada um selo padronizado. Nessa página, estão reunidos dados sobre as competências, estrutura organizacional, autoridades, endereços e telefones do órgão; principais programas e ações; orçamento e despesas; licitações e contratos; além do próprio acesso ao sistema e-SIC.

Publicity is the rule

The principle that states that publicity and transparency shall rule information management and secrecy is an exception to such rule is one of the most relevant provisions established in the Law. Besides regulating access to information requests and the time government bodies have to reply to such requests, the Access to Information Law also establishes that the government shall promote the proactive dissemination of information, regardless of the submission of requests, and make use of the internet to have it fully disclosed.

With regard to the Federal Government, all ministries keep an "Access to Information" webpage in their respective websites, which can be accessed by clicking on a standardized seal with the letter "i". These webpages comprise data on the government body's responsibilities; organizational structure; authorities; addresses and telephone numbers; most relevant programs and actions; budget and expenditures; bidding and contracts; and a link to e-SIC system.

Landmark

In Brazil, the discussions on the regulation of the right to access information began at CGU's Transparency Council, where a bill proposal was formulated and later submitted to the Office of the Chief of Staff of the Presidency of the Republic. That proposal gave rise to a reviewing process and subsequent enactment of the Access to Information Law. This relevant achievement of the Brazilian society is the prize for a journey that lasted several years and demanded much effort from a wide range of sectors within the Federal Government, the National Congress and many other organizations of the Brazilian civil society.

General principles

- *Publicity is the rule; and secrecy, the exception;*
- *The information shall be disclosed in an objective, transparent, clear and easily understandable way;*
- *The disclosure of information of public interest shall occur irrespective of requests;*
- *Information management shall be transparent and ensure broad access.*

Marco histórico

O debate sobre a regulamentação do direito de acesso à informação no Brasil surgiu no Conselho da Transparência Pública da CGU, no âmbito do qual foi elaborada proposta de anteprojeto de lei encaminhada à Casa Civil da Presidência da República. Essa proposta deu origem a todo o processo de tramitação e aprovação da Lei de Acesso. Essa importante conquista da sociedade brasileira é o coroamento de uma caminhada de vários anos, que exigiu muito esforço de amplos setores do Governo Federal, do Congresso Nacional e de muitas organizações da sociedade civil brasileira.

Princípios gerais

- A publicidade é a regra, e o sigilo, a exceção;
- A informação deve ser franqueada de forma ágil, transparente, clara e de fácil compreensão;
- A divulgação de informações de interesse público independe de solicitações;
- A gestão da informação deve ser transparente e propiciar o amplo acesso.



Quem deve cumprir

- Órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta (inclui empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União).
- Entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos.

Requerimentos de informações

- Requerimentos não precisam ser motivados.
- Prazo para resposta é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10, desde que justificadamente.
- O fornecimento das informações é gratuito. Apenas cópias de documentos poderão ser cobradas.
- Negativa de acesso deve ser motivada, cabendo recurso.

Who shall comply

Public bodies and entities that form Direct and Indirect Administration (including state-owned companies, government-controlled companies and other entities controlled directly or indirectly by the Federal Government).

Not-for-profit private entities which receive public funds.

Information requests

- *Requests do not need to be justified.*
- *The request shall be answered within 20 days, extendable for another 10 days, by means of express justification.*
- *Information provision is free of charge. Only document copies can be charged.*
- *The denial of access shall be justified, but appeals are admitted within the public body.*

Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial)

As conferências convocadas pelo poder público constituem ferramentas próprias de fomento à participação social, iniciativas que têm por finalidade institucionalizar a participação da sociedade nas atividades de planejamento, gestão e controle de uma determinada política ou conjunto de políticas públicas. O Governo Federal convocou e organizou, entre 2003 e 2011, nada menos que 87 conferências sobre as mais diversas áreas (Educação, Saúde etc.).

A 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social teve como objetivo promover a transparência pública e estimular a participação da sociedade no acompanhamento da gestão pública, contribuindo para um controle social mais efetivo e democrático que garanta o uso correto e eficiente do dinheiro público. Reivindicação da sociedade civil para participar mais ativamente das atividades de planejamento, gestão e controle dos recursos públicos, essa foi a primeira conferência no Brasil a tratar exclusivamente do tema.

National Conference on Transparency and Social Control (Consocial)

The conferences called upon the Federal Government are a public tool to foster social participation and consist of initiatives organized with the aim of institutionalizing popular participation in activities related to the planning, management and control of a certain public policy or a set of public policies. The Federal Government has called upon and organized 87 conferences on numerous areas (Education, Healthcare etc.) between 2003 and 2011.

The 1st National Conference on Transparency and Social Control was designed with the aim of promoting public transparency and engaging the society to monitor public management, which adds to a more effective and democratic social control, providing for the correct and efficient use of public funds. The civil society demanded increased and more active participation in activities related to the planning, management and control of public funds and this was the first conference held in Brazil with the purpose of exclusively addressing this matter.



Coordenada nacionalmente pela Controladoria Geral da União (CGU), em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, a 1ª Consocial foi convocada por decreto presidencial em dezembro de 2010. A partir de julho de 2011 até maio de 2012, quando foi realizada a etapa nacional, em Brasília, o processo conferencial contou com a participação de 1,2 mil delegados eleitos ao longo das etapas preparatórias (1.023 conferências municipais/regionais, 26 estaduais, 1 distrital, 302 livres e 1 virtual).

As discussões foram divididas em quatro eixos temáticos: promoção da transparência pública e acesso à informação e dados públicos; mecanismos de controle social, engajamento e capacitação da sociedade para o controle da gestão pública; atuação dos conselhos de políticas públicas como instâncias de controle; e diretrizes para a prevenção e o combate à corrupção.

A etapa nacional da 1ª Consocial definiu 80 diretrizes de atuação para assegurar a efetividade de políticas públicas de promoção da transparência e da participação social nas atividades de planejamento, gestão e controle dos recursos públicos, nos âmbitos municipal, estadual, distrital e nacional.

The 1st Consocial was coordinated by the Office of the Comptroller General (CGU) in partnership with the Secretariat-General of the Presidency of the Republic, and was convened by a presidential decree issued in December, 2010. From July, 2011 until May, 2012, when the national chapter took place in Brasília, conference proceedings comprised the participation of 1.2 thousand elected delegates in preparatory stages (1,023 municipal/regional conferences, 26 state conferences, 1 district conference, 302 free conferences and 1 virtual conference).

The discussions were divided into four thematic axes: promotion of public transparency and access to public information and data; social control mechanisms; engagement and building capacity of the society to control public management; the controlling role of public policy councils; guidelines for corruption fighting and prevention.

The national chapter of the 1st Consocial formulated 80 guidelines in order to ensure the effectiveness of public policies that provide for the promotion of transparency and social participation in the planning, management and control of public funds on the municipal, state, district and national levels.

Observatório da Despesa Pública (ODP)

O Observatório da Despesa Pública é uma unidade permanente da CGU voltada à aplicação de metodologia científica, apoiada em tecnologia da informação de ponta, para a produção de informações que visam a subsidiar e a acelerar a tomada de decisões estratégicas, por meio do monitoramento dos gastos públicos.

O objetivo do ODP é contribuir para o aprimoramento do controle interno e funcionar como ferramenta de apoio à gestão pública. Os resultados gerados pela unidade servem como insumo para realização de auditorias e fiscalizações conduzidas pela CGU, bem como informam os gestores sobre indicadores gerenciais relativos à realização de gastos públicos, de modo a permitir análises comparativas, subsidiando a tomada de decisões para a melhor aplicação dos recursos públicos.

O ODP conta com equipe altamente especializada em técnicas de inteligência investigativa e faz uso de ferramentas de Inteligência de Negócios (BI), Processamento Analítico de Dados (OLAP), processamento estatístico e análise investigativa em seus laboratórios.

Assim, o ODP busca salientar, por meio dos alertas emitidos sistemicamente, a identificação de indícios de possível má utilização de recursos públicos, fatos estes que necessitam de uma averiguação mais detalhada por parte dos auditores especializados da CGU.

Public Spending Observatory (ODP)

The Public Spending Observatory (ODP) is a permanent unit of the CGU that seeks to apply scientific methodology – supported by cutting-edge information technology – to the production of information aimed at assisting and speeding up strategic decision-making procedures through the monitoring of public spending.

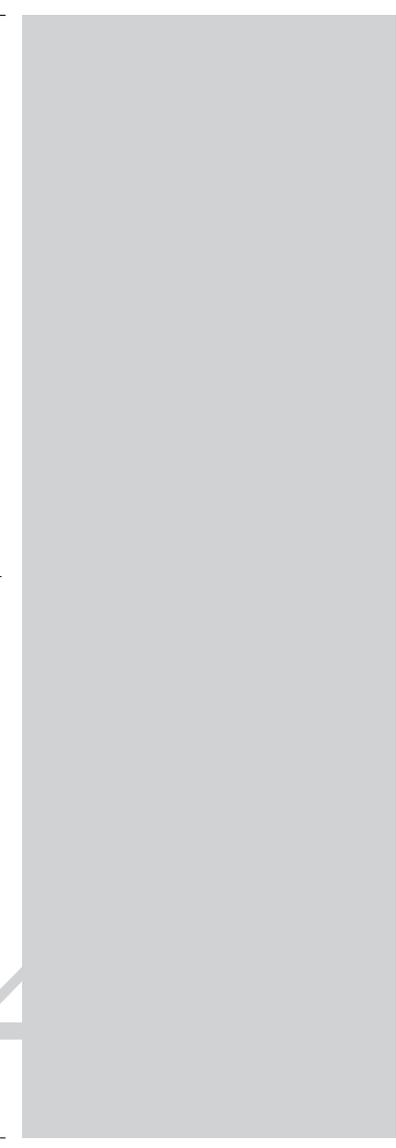
The objective of ODP is to contribute to the improvement of internal control and to serve as a supporting tool for the government. Unit's outcomes support CGU's audits and inspections and supply the managers with managerial indicators related to public spending, enabling them to make comparative analyses and supporting decision-making procedures related to the improvement of public resource allocation.

ODP relies on a highly qualified team of experts in investigative intelligence and uses Business Intelligence (BI) tools, on-line analytical processing (OLAP), statistical processing and investigative analyses.

Thus, ODP seeks to identify, through the issuance of systematic warnings, the signs of potential misuse of public funds, events that require further investigation to be carried out by CGU's expert auditors.

CRG





Ações Administrativas Disciplinares

Punições a servidores e fornecedores

DISCIPLINARY AND ADMINISTRATIVE MEASURES

Sanctions to public servants and suppliers

Fighting impunity is the core objective of the disciplinary measures developed by the National Disciplinary Board (CRG), a division within the CGU which performs disciplinary actions of repressive nature.

The enactment of Decree Nº 5,480/2005 provided for the establishment of an organized system of disciplinary activities, coordinated by the Office of the Comptroller General. The CGU then embraced the mission of promoting the coordination and standardization of all activities related to the prevention of embezzlement and unlawful practices within the Executive Branch at the federal level, which is made through the implementation, conduction and monitoring of disciplinary proceedings.

Committee for Disciplinary Coordination

The Committee for Disciplinary Coordination is a collegiate and advisory body aimed at fostering integration and harmonizing the opinions of different bodies and units within the Disciplinary System.

O combate à impunidade é o objetivo precípua da atividade correcional desenvolvida pela Corregedoria-Geral da União (CRG), órgão da CGU que exerce a função disciplinar de caráter repressivo.

Com a promulgação do Decreto nº 5.480/2005, estabeleceu-se a organização das atividades de correição sob a forma de sistema, do qual a Controladoria-Geral da União é o órgão central. A CGU assumiu então a missão de promover a coordenação e harmonização de todas as ações relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades no âmbito do Poder Executivo Federal, por meio da instauração, condução e acompanhamento de procedimentos correccionais.

Comissão de Coordenação de Correição

A Comissão de Coordenação de Correição, instância colegiada com funções consultivas, tem o objetivo de fomentar a integração e uniformizar entendimentos dos órgãos e unidades que integram o Sistema de Correição.



Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores (CPAF)

Com o objetivo de punir com mais rigor as pessoas jurídicas que participam de fraudes de grande repercussão em procedimentos licitatórios e contratos administrativos, a Controladoria-Geral da União (CGU) criou, em 18 de dezembro de 2007, no âmbito da Corregedoria-Geral da União, a Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores (CPAF).

A CPAF é composta por cinco membros designados pelo ministro-chefe da CGU e é responsável pela condução de processos administrativos que tenham como causa a aplicação de suspensão ou declaração de inidoneidade de empresas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Na instrução dos referidos processos administrativos, a CPAF busca prestigiar uma atuação interinstitucional, o que se dá por meio da coleta de indícios e provas junto a outras unidades da CGU e a outros órgãos que atuam na apuração de irregularidades cometidas em licitações e contratações públicas, como a Secretaria Federal de Controle Interno, a Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, o Departamento de Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União.

Estímulo à criação de corregedorias seccionais

Ciente da importância das unidades seccionais como um dos pilares que sustentam o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, a CRG promove permanente estímulo à criação dessas corregedorias junto àqueles órgãos que, pela complexa atividade que exercam ou pela relevância institucional assumida, já não podem prescindir da atuação de um núcleo correccional específico.

Committee for Administrative Proceeding of Suppliers (CPAF)

The Office of the Comptroller General (CGU) established, at the internal level, the Committee for Administrative Proceeding of Suppliers (CPAF) on December 18th, 2007 aimed at applying rigorous sanctions to legal entities which participated in frauds in competitive bidding processes with broad repercussion.

The CPAF is composed of five members appointed by the head of CGU and is responsible for the implementation of administrative proceedings originated from the suspension or declaration of debarment of companies, which prevents them from participating in competitive public biddings or execute contracts with the Government.

During the evidentiary stage of the aforementioned administrative proceedings, the CPAF promotes the enhancement of inter-institutional performance, comprising the collection of circumstantial evidence and other types of evidence at other units within the CGU and other bodies responsible of investigating irregularities in competitive biddings and public contracts, such as the Federal Secretariat for Internal Control, the Secretariat for Corruption Prevention and Strategic Information, the Federal Police, the Federal Prosecution Office and the Brazilian Court of Audit (TCU).

Fostering the establishment of sectional disciplinary boards

Aware of the relevant role played by the sectional units, which operate as the foundations for the Disciplinary System of the Executive Branch at the federal level, the CRG promotes, on a continuous basis, the establishment of such disciplinary boards within such government bodies, either because of the complexity of the activities they perform or because of their institutional relevance, as such instances need to rely on a specific disciplinary core.



Simplificação da apuração de pequenos danos

Numa iniciativa muito bem acolhida no meio correcional, a CGU publicou a Instrução Normativa nº 04, de 17/02/2009, instrumento concebido para viabilizar a simplificação do processo de apuração dos casos de pequenos danos ou extravios na administração pública. A IN 04 possibilitou a adoção do Termo Circunstanciado Administrativo (TCA) para a investigação de extravio ou dano que implique prejuízo de pequeno valor.

A medida é alternativa aos custosos e demorados processos disciplinares, pois abre a perspectiva da desburocratização, economia de tempo e de dinheiro, permitindo que situações que não revelem a intenção lesiva do agente e envolvam pequenos valores sejam solucionadas no âmbito da própria repartição pública. O ágil desfecho desses processos possibilita, por outro lado, que se direcionem os esforços do sistema correcional para casos de maior relevo e com sinalização de prejuízos de maior monta.

Simplified investigation proceedings of minor offenses

CGU has published Administrative Ruling No. 04 (IN 04), of 02/17/2009, an initiative which was widely appraised in the disciplinary field, seeking to simplify the investigation proceedings of cases related to minor damages or loss within the public administration. IN 04 has provided for the use of the Administrative Report of a Minor Offense (TCA) in the investigations of loss or damage of minor financial impact.

This measure is an alternative to costly and lengthy disciplinary proceedings, as it provides for expressive red tape cuts, saving time and money by adding to the solution of cases which involve small amounts of money and where the agent has no damaging intent, as such cases are then handled within the same public department where they arose. The quick solution for such cases also allows the disciplinary system to target its efforts towards relevant cases which involve major financial impact.

Capacity-building

CGU's strategy to enhance the capacity to investigate unlawful practices within the Executive Branch includes staff training so as to have servants capable of performing their duties at occasional administrative-disciplinary proceedings (PAD). The Office of the Comptroller General counts on a group of highly qualified officials responsible for teaching Disciplinary Law with the aim of building capacity of Government's officials enabling them to participate in disciplinary committees.

Management System of Disciplinary Proceedings (CGU-PAD)

The Management System of Disciplinary Proceedings (CGU-PAD) is a computer program that was developed in mid-2007 with the aim of securing the safe and quick storage and availability of information on disciplinary proceedings carried out in the Executive Branch at the federal level. Thanks to the CGU-PAD, government bodies are now capable of monitoring existing disciplinary proceedings, identifying critical vulnerabilities, building risk maps and establishing the guidelines for the prevention and punishment of corruption and other offenses of similar nature.

Capacitação

A qualificação de pessoal para atuação nos processos administrativos disciplinares (PAD) faz parte da estratégia da CGU para ampliar a capacidade de apuração de irregularidades no âmbito do Poder Executivo como um todo. A Controladoria reserva um qualificado corpo de servidores para ministrar curso de Direito Disciplinar, com objetivo de dotar a Administração Pública de quadros mais bem preparados para integrar comissões processantes.

Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD)

Software desenvolvido em meados de 2007, o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) visa ao armazenamento e disponibilização, de forma rápida e segura, das informações acerca dos procedimentos disciplinares do Poder Executivo Federal. Com o CGU-PAD, os Órgãos podem controlar os processos disciplinares, identificar pontos críticos, construir mapas de risco e estabelecer diretrizes de prevenção e repressão à corrupção e demais infrações de natureza administrativa.

MEDIDAS PUNITIVAS EM NÚMEROS

DISCIPLINARY MEASURES IN FIGURES

RESULTADOS – 2003/2011 • OUTCOMES – 2003/2011

Processos Administrativos Disciplinares Instaurados no Sistema de Correição 47.080

Administrative-Disciplinary Proceedings filed at the Disciplinary System

Punições expulsivas aplicadas a servidores públicos federais 3.533

Penalties to federal public servants which result in removal from office

Servidores Capacitados em Direito Disciplinar 10.017

Servants trained in Disciplinary Law

Acompanhamento direto de procedimentos disciplinares 9.182

Direct monitoring of disciplinary proceedings

Acompanhamento de Operações Especiais da Polícia Federal 218

Monitoring of Special Operations carried out by the Federal Police

Inspeção Correicional em unidades do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal 267

Disciplinary Inspection in Disciplinary System units within the Executive Branch at the federal level

Instauração direta de Procedimentos Disciplinares e Sindicâncias Patrimoniais 563

Direct filing of Disciplinary Proceedings and wealth investigation

Registros de penalidades do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) 5.708

Registration of penalties at the National Registry of Ineligible and Suspended Companies (Ceis)

Declaração direta de inidoneidade a pessoas jurídicas pela CPAF 17

Issuance of CPAF's statements pointing to the lack of good standing of legal entities

52

OGU



Atividades de Ouvidoria

Interação com o cidadão

OMBUDSMAN'S ACTIVITIES

Engaging with citizens

The National Ombudsman's Office (OGU) is responsible for the technical coordination of all ombudsman's offices operating within the Executive Branch at the federal level. Additionally, it is in charge of organizing and interpreting the set of requests filed at each (specialized) federal ombudsman's office and assessing the level of satisfaction of users with the public services rendered within the Executive Branch at the federal level.

The OGU is also competent to receive, examine and forward reports, complaints, compliments, suggestions and information requests related to proceedings and actions performed by agents, bodies and entities within the Executive Branch at the federal level. Since the enactment of Law No. 12,527/2011, the Access to Information Law, the OGU has also become in charge of assessing and conducting the evidentiary stage of appeals directed to the CGU, as set forth in the said Law.

The main objective of the National Ombudsman's Office is to promote the institutionalization of a federal system of public ombudsman's offices

À Ouvidoria-Geral da União (OGU) cabe coordenar tecnicamente o segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, bem como organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas por cada ouvidoria pública federal (especializada) e produzir avaliação quanto à satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Federal.

A OGU também tem competência para receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informação referentes a procedimentos e ações de agentes, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

A partir da entrada em vigor da Lei 12.527/2011, Lei de Acesso a Informações, a OGU passou também a ser responsável pela análise e instrução dos recursos direcionados à CGU no âmbito da referida Lei.

O objetivo primordial da Ouvidoria-Geral da União é promover a institucionalização de um sistema federal de ouvidorias públicas

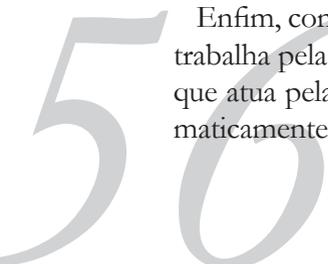


capaz de garantir atendimento de excelência às manifestações dos cidadãos e o aprimoramento constante de políticas e de serviços públicos, tendo em vista o fortalecimento da participação social como meta e como método de realização do Estado Democrático de Direito.

Nessa perspectiva, a atuação da Ouvidoria-Geral é preventiva: verificando a efetividade na prestação de serviço público, no âmbito do Poder Executivo Federal, a partir das manifestações recebidas e identificando padrões de excelência existentes na Administração.

Nesta relação permanente de diálogo entre a administração pública e a sociedade, são observados os seguintes princípios:

- Reconhecer os cidadãos, sem qualquer distinção, como sujeitos de um sistema de direitos e como participantes do processo planejado de realização de direitos, de políticas e de serviços públicos;
- Responder aos cidadãos, de forma transparente, sobre as manifestações e, principalmente, demonstrando os resultados produzidos em razão da participação organizada (no âmbito da ouvidoria);
- Avaliar, de forma proativa, a efetividade dos resultados.



Enfim, como órgão integrante da CGU, a Ouvidoria-Geral da União trabalha pela efetividade do Estado Democrático de Direito à medida que atua pela realização de direitos por meio de procedimentos sistematicamente organizados para garantir a participação dos cidadãos.

to ensure the the continuous improvement of public policies and services, with the aim of strengthening social participation and democratic rule of law.

That being said, it is worth noting that the National Ombudsman's Office plays a preventive role: it assesses the effectiveness of the public services that are being delivered within the Executive Branch at the federal level based on the filed requests/manifestations, and identifies the existing standards of excellence within the Public Administration.

The dialogue channel opened between the Public Administration and the society features the following principles:

- *Recognizing citizens, without distinctions, as subjects of a system of rights and as participants in a planned process that provides for the exercise of such rights, and addresses public policies and services;*
- *Responding to citizens in a transparent manner, addressing their requests/manifestations and particularly showing the positive outcomes of an organized participation (within the Ombudsman's office);*
- *Proactively assessing the effectiveness of the experienced outcomes/achievements.*

Finally, as a division within the CGU, the National Ombudsman's Office works for the effectiveness of Democratic Rule of Law as it advocates the exercise of civil rights through proceedings systematically organized to ensure citizen participation.

Plano Estratégico da CGU para 2012-2014

CGU's 2012-2014 Strategic Plan

The Institutional Integrity Plan is the document that summarizes and consolidates CGU's 2012-2014 strategic guidelines. According to this framework, in order to fulfill the mission of "preventing and fighting against corruption and improving the government practices, strengthening internal control mechanisms and enhancing transparency, ethics and social control", being domestically and internationally recognized as an institution of excellence, that establishes new benchmarks for such areas, relying on highly motivated and qualified personnel, the strategic objectives detailed below are to be pursued:

a) Strengthening internal control mechanisms and the risk management capacity of public institutions: to promote the adoption of risk management practices and support the structuring of internal administrative control mechanisms, enabling public managers to properly address potentially dangerous situations of financial, operational or strategic scope.

O Plano de Integridade Institucional é o documento que sintetiza e consolida o direcionamento estratégico da CGU para o período 2012-2014. De acordo com esse referencial, para cumprir a missão de "prevenir e combater a corrupção e aprimorar a gestão pública, fortalecendo os controles internos e incrementando a transparência, a ética e o controle social", tornando-se a instituição de referência nessas áreas, com quadro técnico altamente qualificado e motivado, serão perseguidos os seguintes principais objetivos estratégicos:

a) Fortalecer os controles internos e a capacidade de gerir riscos das instituições públicas: promover a adoção de gestão de riscos e apoiar a estruturação de controles internos administrativos, possibilitando aos gestores públicos federais o tratamento adequado de situações potencialmente perigosas, sejam de natureza financeira, operacional ou estratégica.

b) Incrementar os mecanismos de transparência e de controle social: ampliar e consolidar as ações de fomento à transparência e ao controle social, mediante conscientização e promoção da efetiva participação do cidadão na gestão pública.

c) Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos: intensificar a colaboração da CGU com os gestores federais, de modo a auxiliá-los no aprimoramento dos processos de trabalhos inerentes à execução das ações governamentais, na identificação de fragilidades existentes e na adoção tempestiva das medidas corretivas cabíveis, além de desenvolver mecanismos para aferição do nível de satisfação do cidadão usuário dos serviços públicos, insumos fundamentais para a melhoria da prestação desses serviços.

d) Intensificar as Ações de Auditoria Investigativa: ampliar a atuação da CGU em auditorias especiais de caráter investigativo em órgãos federais e/ou unidades federativas, inclusive em parceria com outros órgãos de controle e de defesa do Estado e do Patrimônio Público, notadamente a Polícia Federal, sempre que houver evidência de ilícitos em constatações advindas das auditorias ordinárias, em denúncias e representações, ou mesmo em notícias veiculadas nos meios de comunicação; fazer com que os resultados de tais auditorias sirvam como evidências, quando for caso, para ações judiciais a cargo do Ministério Público e da AGU.

b) Enhancing transparency and social control mechanisms: to expand and consolidate actions aimed at fostering transparency and social control, raising awareness and promoting effective popular participation in government management.

c) Fostering the continuous improvement of the management and delivery of public services: to strengthen the collaborative ties between the CGU and federal managers so as to help them enhance work procedures related to the implementation of government actions, identify existing vulnerabilities and timely adopt adequate disciplinary measures, besides developing mechanisms to check the level of citizen satisfaction with public services, making use of this critical input to improve the rendering of such services.

d) Strengthening Investigative Audit Actions: to strengthen CGU 's role in special investigative audits in federal bodies and/or federative units, seeking to establish partnerships with other bodies that carry out control activities and protect the State and Public Assets, notably the Federal Police, whenever evidence of illegal activities arises from ordinary audits, complaints and charges, or even from news disseminated in the media, and ensure that the outcomes of such audits are used as evidence, should that be the case, in lawsuits filed by the Prosecution Office and the AGU.

e) Aprimorar os mecanismos de responsabilização administrativa: maximizar a utilização dos instrumentos legais de que dispõe a própria Administração para sancionar condutas ilícitas ou irregulares prejudiciais ao erário ou aos princípios que regem a Administração Pública, assim contribuindo para combater a impunidade, independentemente das vias judiciais.

f) Intensificar a participação e o protagonismo do Brasil, representado pela CGU, em fóruns internacionais, nas suas áreas de atuação: consolidar-se como referência internacional na área da transparência, controle, prevenção e combate à corrupção na Administração Pública.

g) Aprimorar os processos de trabalho e consolidar a gestão integrada das ações de controle interno, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria: desenvolver os processos de trabalho com vistas a incorporar inovações normativas, tecnológicas e de gestão, com atenção à integração das atividades da Instituição, bem como buscar a melhoria contínua desses processos.

e) Enhancing Administrative Accountability Mechanisms: to maximize the use of lawful tools by the Government so as to sanction unlawful or irregular actions that may cause damage to the government treasury or to the principles that guide the government, thus helping fight impunity, regardless of existing legal remedies.

f) Strengthening Brazil's role and participation in international forums duly represented by the CGU, in its respective areas of expertise: to consolidate the country's role as an international reference for transparency, control and prevention and fight against corruption in the government level.

g) Improving the work procedures and consolidating integrated management practices for actions related to internal control, disciplinary measures, prevention and fight against corruption and ombudsman's activities: to develop work procedures aimed at incorporating rulemaking, technological and management innovations, seeking to integrate organization's activities and to continuously improve such procedures.

Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional.
SIG, Quadra 6, lote 800, 70.610-460. Brasília - DF